

PROVA PREAMBULAR - OBJETIVA

DIREITO CONSTITUCIONAL

(questões de 01 a 15)

1 - Assinale a alternativa falsa:

- a. () Na terminologia empregada pela Constituição de 1988, o sistema de governo nela adotado está ligado diretamente ao princípio da independência e harmonia entre três poderes: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário;
- b. () O princípio comumente chamado de "quinto constitucional" é de observância obrigatória em todos os tribunais do país;
- c. () O poder constituinte instituído pode ser exercido, no Brasil, a partir da Constituição de 1988, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- d. () Na distribuição de poderes na federação brasileira, a competência municipal, em matéria administrativa, estende-se sobre os assuntos de interesse local;
- e. () O Pantanal Matogrossense é patrimônio dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

2 - Assinale a alternativa falsa:

- a. () Decretos Legislativos e resoluções válidos, emanados do Poder Legislativo competente, são instrumentos de nível primário, subordinados diretamente à Constituição;
- b. () O Supremo Tribunal Federal - STF, no exercício da competência de julgar em recurso ordinário, atua especificamente na efetivação do princípio do duplo grau de jurisdição;
- c. () Efeito vinculante e eficácia contra todos decorrem das decisões definitivas de mérito do STF nas ações diretas de inconstitucionalidade;
- d. () O controle judicial incidental e o controle judicial principal, de constitucionalidade, no Brasil, distinguem-se um do outro porque a competência do Senado para suspender a execução da lei declarada inconstitucional aplica-se só ao primeiro;
- e. () A competência denominada literalmente de concorrente pela Constituição de 1988 pode colocar limites à atuação dos poderes municipais.

3 - Assinale a alternativa falsa:

- a. () A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos;

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

- b. () Os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal são processados e julgados, originariamente, pelo Superior Tribunal de Justiça, nos crimes comuns e nos de responsabilidade;
- c. () O mandado de injunção na Constituição de 1988 visa a tornar viável o exercício de direitos constitucionais;
- d. () No sistema constitucional brasileiro, a estabilidade do servidor público somente pode ser afastada em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo no qual se assegure ao servidor a ampla defesa;
- e. () O controle externo do Município será exercido pelo Poder Legislativo Municipal.

4 - Assinale a alternativa falsa:

- a. () O Poder Judiciário receberá do Poder Executivo, como garantia de sua autonomia administrativa e financeira, os duodécimos orçamentários até o décimo quinto dia de cada mês, compreendidos nas dotações orçamentárias os créditos suplementares e especiais;
- b. () É função institucional do Ministério Público defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;
- c. () Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, cabe recurso extraordinário contra decisão proferida em processo de controle abstrato de normas no plano estadual;
- d. () A cautelar concedida em ação direta de inconstitucionalidade tem o condão de restaurar provisoriamente a vigência do direito revogado pela norma impugnada;
- e. () Nos termos da Constituição Federal, os Estados não dispõem de autonomia para disciplinar o sistema eleitoral a ser adotado para as eleições estaduais e municipais.

5 - Assinale a alternativa falsa:

- a. () Na federação brasileira, em conformidade com o sistema de repartição de competências estabelecidos na Constituição da República, não há hierarquia entre normas estaduais e federais, que devem ser elaboradas pelas Assembléias Legislativas ou pelo Congresso Nacional, conforme o caso, segundo a competência legislativa prevista para os Estados e para a União Federal, assim como, no âmbito da competência privativa da União Federal para legislar, lei complementar federal poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias nela incluídas, sendo que, no âmbito da legislação concorrente, limita-se a competência da União Federal ao estabelecimento de normas gerais que, se inexistentes, autorizam os Estados a exercer a competência legislativa plena, para atender às suas peculiaridades;
- b. () A Constituição brasileira não admite as formas derivadas de provimento de cargo público;

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

- c. () Decisão do Congresso Nacional no sentido de sustar a eficácia de ato normativo que exorbite dos limites do poder regulamentar pode ser objeto de controle de constitucionalidade concentrado no âmbito do Supremo Tribunal Federal;
- d. () As emendas constitucionais, segundo a constituição federal podem ser objeto de controle normativo abstrato de constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal nas hipóteses de propostas tendentes a abolir cláusulas pétreas;
- e. () A União Federal tem competência concorrente com os Estados e o Distrito Federal para legislar sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico, cabendo aos Estados exercer a competência legislativa plena se inexistir lei federal sobre normas gerais, prevalecendo as leis estaduais em vigor para atender suas peculiaridades, mesmo se normas gerais forem estabelecidas pela superveniência de lei federal.

6 - Considerando as relações entre a União Federal e os Estados, segundo a Constituição, assinale a alternativa falsa:

- a. () Compete privativamente ao Senado da República autorizar operações externas de natureza financeira de interesse dos Estados, dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo dos mesmos e ainda estabelecer limites globais e condições para o montante das respectivas dívidas mobiliárias;
- b. () Poderá a União Federal intervir em determinado Estado para reorganizar as respectivas finanças se este suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior;
- c. () A União Federal poderá condicionar a entrega aos Estados das parcelas das receitas tributárias federais que lhes são devidas, inclusive cotas do fundo de participação, ao pagamento de seus créditos, inclusive de suas autarquias;
- d. () A ação direta de inconstitucionalidade pode ser proposta perante o Supremo Tribunal Federal para declarar a inconstitucionalidade de leis federais e emendas constitucionais violadoras de cláusulas pétreas, somente cabendo impugnação de leis estaduais por contrariedade à Constituição Federal mediante representação interventiva;
- e. () A União Federal pode autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias de sua competência privativa, mediante lei complementar.

7 - Assinale a alternativa falsa:

- a. () A Constituição Brasileira, quanto à proteção dos direitos humanos: estabelece como princípio regente das relações internacionais do País a prevalência dos direitos humanos e preconiza ainda a criação de um tribunal internacional dos direitos humanos; além de constituir a República Federativa em Estado democrático de direito, tendo como um dos fundamentos a dignidade da pessoa humana, assegura a todos direitos e garantias fundamentais, direitos individuais e sociais, expressos no seu texto, além de outros decorrentes do regime e dos

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que o Brasil seja parte;

- b. () A educação é direito de todos e dever do Estado e da família devendo a União Federal aplicar, anualmente, nunca menos de dezoito por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino;
- c. () Ao Estado como agente normativo e regulador da atividade econômica, cabe exercer, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado;
- d. () A Constituição Federal inova quanto aos princípios sensíveis da federação, incluindo entre eles os direitos da pessoa humana, cuja inobservância pode resultar em intervenção federal nos Estados, decretada pelo Presidente da República no caso de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação formulada pelo Procurador-Geral da República;
- e. () Decretos Legislativos e resoluções válidos, emanados do Poder Legislativo competente, são hierarquicamente inferiores a leis ordinárias, leis delegadas e medidas provisórias.

8 - Todas as afirmativas estão corretas, exceto:

- a. () A Constituição estabelece que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno;
- b. () O controle externo tem por objetivo, nos termos da Constituição, a apreciação das contas do Chefe do Poder Executivo, o desempenho das funções de auditoria financeira e orçamentária, a apreciação da legalidade dos atos de admissão de pessoal, bem como o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos;
- c. () As decisões do Tribunal de Contas resultam de sua competência jurisdicional para julgar as contas públicas;
- d. () As Constituições estaduais dispõem sobre os Tribunais de Contas respectivos, os quais são integrados por sete Conselheiros;
- e. () O controle externo é função do Poder Legislativo, de natureza política, mas sujeito à prévia apreciação do Tribunal de Contas competente.

9 - Consideradas a Constituição de 1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a assertiva verdadeira:

- a. () As normas constitucionais originárias não podem ser objeto de controle de constitucionalidade, competindo ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, ação direta de inconstitucionalidade de ato normativo estadual, proposta por entidade de classe de âmbito nacional;
- b. () A Constituição de 1988 consagra um regime de democracia representativa compatível com formas de democracia direta e a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei estadual, dentro do período

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante lei municipal, às populações diretamente interessadas;

- c. () É facultado à União, como meio de intervenção no domínio econômico, observados os termos de lei especial de incentivo à exportação, conceder imunidade de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, incidentes sobre as fases de produção de bens ou mercadorias exportados;
- d. () O valor do crédito constante de precatório deve ser atualizado monetariamente, a partir de 10 de julho do exercício de sua expedição, até a data do efetivo pagamento, sendo vedada a expedição de novo precatório para o pagamento, pela Fazenda Pública, do quantum correspondente à atualização;
- e. () A não aplicação pelo Estado-membro do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais configura violação a princípio constitucional sensível, embora não dê ensejo a representação para fins de intervenção federal.

10 - São princípios da ordem econômica, de acordo com a Constituição Federal:

- a. () A defesa do consumidor, a redução das desigualdades regionais e sociais, a livre concorrência e a busca do pleno emprego, sendo assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, mediante prévia autorização;
- b. () A soberania nacional e a função social da propriedade, assegurada a exploração direta de atividade econômica pelo Estado para atender aos ditames da justiça social, conforme definidos em lei;
- c. () A propriedade privada, a defesa do consumidor, a proteção do meio ambiente e a livre concorrência, salvo quando imposta reserva de mercado, mediante lei estadual ou federal, em exercício de competência legislativa concorrente da União e dos Estados;
- d. () A propriedade privada, a soberania nacional, a defesa do meio ambiente e o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país;
- e. () A busca do pleno emprego e a livre concorrência, salvo hipóteses de incentivo a investimentos de capital estrangeiro, disciplinadas na lei.

11 - As constituições podem ser:

- a. () Rígidas, quando não sofrem alteração, ou flexíveis, quando podem ser modificadas por processo legislativo ordinário;
- b. () Escritas ou não-escritas, não sendo admitido neste último caso qualquer documento escrito, salvo se reconhecido por Corte Internacional, pois trata-se de constituições fundadas exclusivamente nos costumes e na jurisprudência;
- c. () Rígidas, quando somente podem ser modificadas mediante plebiscito ou por Assembléia Constituinte eleita para tal fim e, flexíveis, quando podem ser reformadas mediante processo de emendas à Constituição exercido pelo Poder Constituinte derivado;

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

- d. () Flexíveis, quando sujeitas ao fenômeno da mutação constitucional, permitem alteração pelo intérprete de suas normas, por não terem caráter dogmático, sendo desnecessária ruptura constitucional;
- e. () Rígidas, quando somente podem ser modificadas por meio de processo distinto do de elaboração de leis ordinárias, realizado pelo Poder Constituinte derivado com as limitações estabelecidas no próprio texto da Constituição.

12 - Considerando a classificação corrente quanto à aplicabilidade das normas constitucionais, como de eficácia plena, contida e limitada, podemos afirmar que:

- a. () Apenas as normas constitucionais de eficácia plena e de eficácia contida vinculam o legislador e têm caráter imperativo e obrigatório;
- b. () As normas de eficácia limitada, declaratórias de princípios programáticos e institutivos ou organizativos, não são imperativas ou obrigatórias;
- c. () Apenas as normas constitucionais de eficácia plena têm caráter imperativo ou obrigatório;
- d. () As normas constitucionais não auto-aplicáveis, por dependerem de normas ordinárias que lhes completem a eficácia, não são imperativas ou obrigatórias;
- e. () Todas as normas constitucionais são imperativas, de cumprimento obrigatório e vinculam o legislador ordinário.

13 - Assinale a opção falsa:

- a. () Compete privativamente ao Senado da República autorizar operações externas de natureza financeira de interesse dos Estados e dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo dos mesmos e; privativamente às Assembléias Estaduais estabelecer limites globais e condições para o montante das respectivas dívidas mobiliárias de seus Estados;
- b. () A União Federal poderá intervir em determinado Estado para reorganizar as respectivas finanças se este suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior;
- c. () A União Federal poderá condicionar a entrega aos Estados das parcelas das receitas tributárias federais que lhes são devidas, inclusive cotas do fundo de participação, ao pagamento de seus créditos, inclusive de suas autarquias;
- d. () A intervenção federal nos Estados deve ser decretada pelo Presidente da República para garantir o livre exercício do Poder Legislativo nas unidades da Federação, mediante solicitação do Poder coacto ou impedido, sujeita, no entanto, a posterior aprovação pelo Congresso Nacional;
- e. () A intervenção federal nos Estados pode ser requisitada pelo Supremo Tribunal Federal, pelo Superior Tribunal de Justiça ou pelo Tribunal Superior Eleitoral nos casos de desobediência a ordem ou decisão judiciária.

14 - Assinale a assertiva falsa:

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

- a. () A Constituição Federal assegura a todos a gratuidade das ações de *habeas corpus* e *habeas data*, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania;
- b. () A sucessão de bens estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do *de cuius*;
- c. () A Constituição Federal elenca, de forma precisa e expressa, a competência dos Estados-membros e da União;
- d. () Parecer da Procuradoria-Geral do Estado, contendo orientação para a Administração Pública Estadual, aprovado pelo Governador do Estado, pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça;
- e. () A cautelar concedida em ação direta de inconstitucionalidade tem o condão de restaurar provisoriamente a vigência do direito revogado pela norma impugnada.

15 - Assinale a opção incorreta:

- a. () O salário do trabalhador é irredutível, salvo disposição contida em acordo ou convenção coletiva;
- b. () É cabível a propositura de recurso extraordinário contra decisão de Tribunal de Justiça estadual proferida em ação direta de inconstitucionalidade, desde que a norma estadual eleita como parâmetro de controle seja de reprodução obrigatória por parte do constituinte estadual;
- c. () O mandado de segurança é utilizado para a defesa de direitos e garantias individuais, sendo vedado o seu uso com objetivo de defender atribuições ou prerrogativas de órgãos públicos;
- d. () Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não só as normas constantes do catálogo de direitos fundamentais, mas também outras normas consagradoras de direitos fundamentais constantes do Texto Constitucional podem estar gravadas com a cláusula de imutabilidade;
- e. () Segundo a jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal as medidas provisórias submetem-se a processo de controle de constitucionalidade.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

(questões de 16 a 20)

16 - Assinale a afirmação incorreta:

- a. () A Constituição Federal de 1988 prevê, dentre outras contribuições para a seguridade social, a que incide, na forma de uma alíquota, sobre o resultado da comercialização da produção do produtor rural que exerça atividades em regime de economia familiar e desde que não possua empregados em caráter permanente.
- b. () Nos termos da Constituição Estadual de 1988, serão custeados com recursos do Estado e das contribuições dos servidores, na forma prevista em lei complementar, as aposentadorias dos servidores das autarquias e das fundações estaduais.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

- c. () A Constituição Federal de 1988 assegura a contagem recíproca de tempo de contribuição na atividade privada, rural e urbana, e na administração pública e remete à lei ordinária o estabelecimento de critérios para a compensação financeira entre os diversos sistemas de previdência social.
- d. () A legislação sobre seguridade social é da competência privativa da União, mas lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas relativas a esta matéria.
- e. () A competência para legislar sobre Previdência Social é concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, limitando-se a União a estabelecer normas gerais.

17 - Considerando as disposições da Lei Estadual n. 2207, de 28/12/00, que instituiu o regime de previdência social do Estado de Mato Grosso do Sul, e alterações posteriores, assinale a afirmação correta:

- a. () É presumida a dependência econômica dos pais dos segurados.
- b. () O segurado tem o direito de designar pessoa menor de 21 anos ou maior de 60 anos ou inválida como dependente.
- c. () A separação judicial e o divórcio não acarretam a perda da qualidade de dependente para o cônjuge se fixada a prestação de alimentos.
- d. () O benefício é pago aos filhos solteiros, menores de 21 anos ou inválidos.
- e. () O aposentado do regime que se torna viúvo não recebe pensão pela morte da mulher.

18 - Constitui-se como remuneração-de-contribuição para o regime de previdência social do Estado de Mato Grosso do Sul:

- a. () A gratificação pelo exercício de função de confiança ou cargo em comissão.
- b. () O adicional ou abono de férias.
- c. () O salário família.
- d. () O auxílio-doença pago na licença para tratamento de saúde.
- e. () As indenizações e as diárias.

19 - O regime de previdência complementar poderá ser instituído para atender:

- a. () Os servidores detentores de emprego público.
- b. () Os servidores titulares de cargos efetivos.
- c. () Os servidores ocupantes, exclusivamente, de cargos em comissão, declarados em lei de livre nomeação e exoneração.
- d. () Os servidores ocupantes de cargos temporários.
- e. () Todos os servidores públicos civis.

20 - Assinale a alternativa falsa:

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

- a. () A habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária fazem parte da assistência social e dependem de contribuição.
- b. () Os benefícios e os serviços de seguridade social previstos na Constituição Federal para serem criados, majorados ou estendidos dependem de fonte de custeio.
- c. () Os requisitos de idade e de tempo de contribuição necessários para a aposentadoria serão reduzidos para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério no ensino fundamental e médio.
- d. () A Constituição Federal garante ao idoso que não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la da família, o benefício de um salário mínimo mensal, independente de qualquer contribuição anterior.
- e. () É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pelos Estados, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado.

DIREITO AMBIENTAL

(questões 21 e 22)

21 - Assinale a alternativa correta:

- a. () Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção do meio ambiente, sendo que a competência dos Estado limitar-se-á, exclusivamente, a estabelecer normas gerais.
- b. () Incumbe ao poder público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.
- c. () Aquele que explorar recursos minerais não está obrigado a recuperar o meio ambiente degradado.
- d. () As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente não sujeitarão os infratores a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
- e. () São disponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

22 - Analise as proposições e assinale a alternativa correta:

- I - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações.
- II - A ação civil pública, a ação popular e as execuções das obrigações de fazer e de não fazer são meios processuais para a defesa ambiental.
- III - Os proprietários e arrendatários de imóveis rural e urbano, que exerçam atividade econômica de qualquer natureza e possuam rios-cênicos em suas áreas, são diretamente responsáveis perante os órgãos de fiscalização do Sistema

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, pela poluição das águas e degradação de suas margens, quando do suprimento direto de água para animais, emissão de dejetos humanos e agrotóxicos usados nas áreas de cultivo.

- a. () As afirmativas I, II e III são verdadeiras.
- b. () As afirmativas I, II e III são falsas.
- c. () Apenas as afirmativas I e II são falsas.
- d. () Apenas as afirmativas I e III são falsas.
- e. () Apenas as afirmativas II e III são falsas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

(questões de 23 a 40)

23 - Com relação ao controle dos atos administrativos, considere as afirmações abaixo.

- I - O controle judicial pode ser exercido somente em relação aos atos administrativos vinculados, porque ao Judiciário cabe apenas a apreciação da legalidade dos atos administrativos.
- II - Os atos administrativos especiais ou individuais são sempre revogáveis mesmo tendo gerado direitos subjetivos para seus destinatários, porque o interesse público se sobrepõe aos interesses individuais.
- III - O controle judicial pode ser exercido em relação a qualquer ato da Administração Pública, ainda que praticado no uso do poder discricionário.
- IV - O controle judicial pode ser exercido em relação a qualquer ato da Administração Pública, por considerações de mérito e de legalidade, ainda que praticado no uso do poder discricionário.
- V - O conceito de ilegalidade, para fins de anulação do ato administrativo pelo Poder Judiciário, não se restringe à violação frontal da lei, também alcançando o abuso de poder, por excesso ou desvio, e a inobservância dos princípios de direito.

Quais são corretas?

- a. () Apenas IV e V.
- b. () Apenas II e III.
- c. () Apenas II e IV.
- d. () Apenas III e V.
- e. () Nenhuma é correta.

24 - Assinale a alternativa correta.

- a. () A transferência do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente não implicará a extinção da concessão.
- b. () Concessão de domínio é forma de utilização de bem público por meio de cessão temporária e condicional de terras públicas a particulares, para utilização gratuita ou remunerada, pelo prazo e sob as condições constantes do respectivo termo administrativo ou de escritura pública.
- c. () Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão de serviço público, por motivos de interesse

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

público, após prévio pagamento de indenização, dispensada lei autorizativa específica.

- d. () Na hipótese de descumprimento, pelo poder concedente, das normas contratuais, o contrato de concessão de serviço público poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, independentemente de ação judicial.
- e. () Se o instrumento da concessão nada dispuser a respeito da reversão dos bens da concessionária ao concedente, a existência dela se presume e será onerosa ou gratuita para o Poder Público, dependendo de já ter havido, ou não, a amortização total ou parcial do capital representativo do equipamento aplicado ao serviço.

25 - Assinale a alternativa incorreta.

- a. () São consideradas entidades estatais, porque providas de autonomia política, a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os Territórios, estes caso sejam criados.
- b. () As autarquias têm autonomia administrativa, bem assim patrimônio próprio.
- c. () O capital da empresa pública é exclusivamente público, mas pode pertencer a uma ou mais entidades da Administração Pública.
- d. () As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- e. () O contrato de gestão foi expressamente previsto em lei como instrumento para estabelecer-se um vínculo entre as chamadas organizações sociais e o Poder Público.

26 - A respeito da Teoria Geral do Órgão Público, julgue os itens abaixo.

- I - A respeito da Teoria Geral do Órgão Público, pode-se afirmar que o agente público age como mandatário da pessoa jurídica.
- II - Segundo a Teoria do Órgão, este é parte integrante do Estado, pessoa jurídica a que pertence.
- III - A respeito da Teoria Geral do Órgão Público, pode-se afirmar que as pessoas jurídicas expressam sua vontade através de seus próprios órgãos, titularizados por seus agentes, pessoas físicas.
- IV - A respeito da Teoria Geral do Órgão Público, pode-se afirmar que a Teoria do Órgão, elaborada pelo alemão Otto Gierke, embora seja objeto de algumas críticas, é a mais aceita pelos administrativistas nacionais.

A quantidade de itens certos é igual a:

- a. () 0
- b. () 1
- c. () 2
- d. () 3
- e. () 4

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

27 - Assinale a afirmativa correta:

- a. () A agência reguladora, figura recentemente introduzida no direito administrativo pátrio, tem sua natureza jurídica equivalente à de fundação pública.
- b. () A Lei n. 8.666/93, que rege as licitações e os contratos da administração pública, impõem-se às fundações, sociedades de economia mista, autarquias, empresas públicas, órgãos da administração direta e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelos entes federados, salvo os fundos especiais.
- c. () Os atos administrativos gozam de presunção de legalidade, o que não impede sua invalidação com eficácia *ex tunc* por conter vício de nulidade, já que deles não se originam direitos.
- d. () O contrato administrativo, por sua natureza, não admite a presença de cláusulas exorbitantes.
- e. () A servidão administrativa é um direito real de gozo e se caracteriza por não exigir lei específica, podendo ser estabelecida sobre imóveis da própria pessoa jurídica de direito público.

28 - Em relação à desapropriação, não é correto afirmar:

- a. () Os ônus e direitos que existiam em relação ao bem expropriado extinguem-se e ficam sub-rogados no preço.
- b. () Na desapropriação são cumuláveis juros compensatórios e moratórios.
- c. () A prova do domínio deverá ser feita, pelo proprietário, apenas no momento de levantar a indenização.
- d. () Os bens expropriados, uma vez incorporados à Fazenda Pública, não podem ser objeto de reivindicação.
- e. () Para propositura da ação judicial de desapropriação é essencial a identificação do proprietário do bem.

29 - O direito de propriedade encontra garantias e limitações no texto constitucional. Neste sentido, é correto afirmar que:

- a. () É admitida a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, sempre mediante justa e prévia indenização em dinheiro.
- b. () O direito de propriedade implica no cumprimento da função social desta, sendo que no caso da propriedade urbana tal ocorre quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade, expressas no plano diretor, e na hipótese de propriedade rural, quando preencher os requisitos de aproveitamento racional e adequado; utilização adequada dos recursos naturais e preservação do meio ambiente; observância das disposições que regulam as relações de trabalho; exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.
- c. () Não obsta ao uso da propriedade particular pela autoridade competente mediante requisição, no caso de iminente perigo público, sem indenização por dano, considerada a situação emergencial com prevalência do interesse público.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

- d. () O direito de propriedade é garantido pela Constituição, mas a propriedade deve atender à sua função social, definida em normas constitucionais e legais, sendo assegurado ao proprietário, direito sobre o solo, subsolo e potenciais de energia hidráulica.
- e. () A desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, poderá ser promovida pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal.

30 - O Estado de Mato Grosso do Sul desapropria área rural no Município de Coxim, cuja finalidade se destina a construção de escola agrícola para filhos de trabalhadores rurais daquela região. Passados três anos da desapropriação, com o intuito de dirimir conflitos agrários, o ente federado decide utilizar o imóvel expropriado para assentar trabalhadores rurais (os populares “sem terra”).

Na hipótese:

- a. () Ocorre desapropriação indireta.
- b. () Ocorre tredestinação.
- c. () Ocorre tredestinação, tornando ilegal a desapropriação, porquanto a destinação ulterior não corresponde ao ato expropriatório.
- d. () Ainda que ocorra tredestinação, não há ilegalidade na espécie, porquanto houve o atendimento de interesse público secundário.
- e. () Não há tredestinação, nem ilegalidade, porquanto se buscou atender o interesse público primário.

31 - Assinale a alternativa correta:

- a. () Aplica-se o princípio da responsabilidade objetiva do Estado aos casos em que a ação danosa propriamente dita não é efetuada por agente do Estado, mas deriva de uma situação criada pelo Estado, quando este constitui, por ato comissivo seu, os fatores que propiciarão decisivamente a emergência do dano.
- b. () Dispõe a Constituição Federal que a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo indeterminado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.
- c. () Na desapropriação de imóvel rural, para fins de reforma agrária, também as benfeitorias úteis e necessárias deverão ser pagas em títulos da dívida agrária.
- d. () As instituições privadas não podem participar do Sistema Único de Saúde.
- e. () Conforme a Constituição da República ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal, e aos litigantes, em processo judicial, civil ou criminal, é assegurado o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, salvo em processo administrativo, vez que ao interessado já é garantido o acesso ao Judiciário.

32 - A intervenção indireta do Estado no domínio econômico é exercitada mediante:

- a. () Expedição de legislação regulamentadora nos diversos níveis hierárquicos das pessoas jurídicas públicas.
- b. () Prestação de serviços públicos sob regime de concessão ou permissão.
- c. () Empresa pública em setor considerado deficitário.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

- d. () Os processos e procedimentos instaurados pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica.
- e. () Nenhuma das alternativas anteriores.

33 - São hipóteses de rescisão unilateral do contrato administrativo, exceto:

- a. () Falência do contratado.
- b. () Razões de interesse público.
- c. () Cumprimento irregular das cláusulas contratuais pelo contratado.
- d. () Caso fortuito ou força maior.
- e. () Não pagamento, pela Administração, dos serviços contratados e executados por prazo superior a trinta dias úteis.

34 - Assinale a alternativa incorreta:

- a. () Há vício de finalidade quando o administrador observar de maneira incompleta as formalidades indispensáveis à existência do ato ou quando o ato não estiver motivado.
- b. () Considerado o regime jurídico dos bens públicos é correto afirmar que a venda de bens móveis não se sujeita à prévia necessidade de autorização legislativa.
- c. () Depende de autorização legislativa a criação de sociedades de economia mista subsidiárias de outras sociedades de economia mista preexistentes.
- d. () Quanto às restrições à propriedade privada é da natureza da limitação administrativa ser genérica.
- e. () A desapropriação é forma originária de aquisição da propriedade.

35 - Em relação à remuneração do servidor público não é correto afirmar:

- a. () Somente poderá ser fixada ou alterada por lei específica.
- b. () É assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.
- c. () No sistema constitucional brasileiro, a estabilidade do servidor público somente pode ser afastada em virtude de sentença judicial transitada em julgado; processo administrativo no qual se assegure ao servidor a ampla defesa ou ainda, mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
- d. () Somente lei federal poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos.
- e. () O membro de Poder será remunerado exclusivamente por subsídios, fixado em parcela única.

36 - Quanto ao regime constitucional dos servidores públicos, é correto afirmar:

- a. () Os cargos de provimento em comissão são privativos dos servidores de carreira.
- b. () É vedado o direito de greve aos servidores públicos.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

- c. () Os casos de contratação por tempo determinado são destinados, exclusivamente, ao atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público.
- d. () A admissão de pessoas portadoras de deficiência, para cargos efetivos, independe de concurso público.
- e. () É permitida a vinculação para o efeito de remuneração no serviço público.

37 - Assinale a afirmação correta:

- a. () A punição disciplinar obriga a Administração a aguardar o desfecho do processo criminal, se a este o servidor estiver submetido.
- b. () A absolvição criminal só afasta o ato punitivo, na instância administrativa, se ficar provada, na ação penal, a inexistência do fato.
- c. () O processo administrativo disciplinar é sempre necessário para a imposição de pena de demissão ao servidor estável.
- d. () Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reconduzido ao cargo de origem.
- e. () Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração do ilícito administrativo, a autoridade instauradora do processo poderá determinar o seu afastamento pelo prazo de sessenta dias, podendo prorrogá-lo por até noventa dias.

38 - Assinale a alternativa incorreta:

- a. () No exercício do poder de polícia, pode a Administração Pública executar prerrogativas que sobrelevem o interesse público.
- b. () No exercício do poder de polícia, pode a administração Pública intervir na proteção dos interesses coletivos.
- c. () A expressão poder de polícia (police power) ingressou pela primeira vez na terminologia legal, no caso Maryland, da Corte Suprema dos Estados Unidos.
- d. () A polícia de trânsito, a polícia ambiental e a polícia de construções não estão inseridas no conceito de poder de polícia.
- e. () No exercício do poder de polícia, pode a Administração Pública exercer a fiscalização de forma preventiva e/ou repressiva.

39 - A modalidade de pregão tem as seguintes características, exceto:

- a. () Exigência de garantia de proposta.
- b. () A disputa ocorre por meio de propostas e lances em sessão pública.
- c. () Inversão de fases, ocorrendo a habilitação *a posteriori*.
- d. () Maior celeridade de suas fases.
- e. () Possibilidade de negociação do preço com o licitante vencedor.

40 - De todas as assertivas, assinale a correta:

- a. () À Administração Pública compete, ao promover a revisão geral da remuneração dos servidores públicos, fazê-lo na mesma data, com ou sem distinção de índices entre servidores civis e militares.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

- b. () Cabe à Administração Pública dar cumprimento às vedações de vinculação ou equiparação de vencimentos e de acumulação remunerada de cargos públicos, ressalvadas as exceções previstas na própria Constituição.
- c. () No direito constitucional brasileiro, o princípio do direito adquirido protege contra mudanças das situações estatutárias ou dos regimes jurídicos.
- d. () A fixação ou tabelamento de preços não se afigura compatível com a ordem constitucional brasileira, que adota a livre iniciativa como princípio fundamental.
- e. () Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante permissão, os serviços locais de gás canalizado,

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL E ORGANIZACIONAL DO ESTADO
(questões de 41 a 44)

41 - São atribuições da Procuradoria-Geral do Estado, exceto:

- a. () Realizar a inscrição, o controle e a cobrança da dívida ativa estadual, tributária e não tributária.
- b. () Exercer as funções de consultoria e de assessoramento jurídico, de coordenação e supervisão técnico-jurídica do Poder Executivo e da Administração Indireta.
- c. () Prestar assessoramento e assistência jurídica aos municípios.
- d. () Propor ação de inconstitucionalidade de quaisquer normas.
- e. () A representação do Estado e a defesa de seus interesses, judicial e extrajudicialmente.

42 - Nos termos do Regimento Interno da Procuradoria-Geral do Estado, assinale a alternativa correta:

- a. () Caberá emissão de *parecer* quando a matéria comportar análise jurídica de alta indagação e que tenha repercussão em toda a Administração Pública Estadual ou por determinação do Procurador-Geral do Estado e caberá *manifestação* quando a matéria implique análise de caso concreto com aplicação adstrita ao órgão consulente.
- b. () Caberá emissão de *manifestação* quando a matéria comportar análise jurídica de alta indagação e que tenha repercussão em toda a Administração Pública Estadual ou por determinação do Procurador-Geral do Estado e caberá *parecer* quando a matéria implique análise de caso concreto com aplicação adstrita ao órgão consulente.
- c. () Não há distinção entre *parecer* e *manifestação*, podendo ser usado tanto um como o outro nas questões de alta indagação, com repercussão em toda Administração Pública Estadual e nas análises de caso concreto com aplicação adstrita ao órgão consulente.
- d. () Em virtude de sua competência para o controle interno da legalidade dos atos do Poder Executivo e da Administração Indireta, a Procuradoria-Geral do Estado somente emite *parecer*.
- e. () Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

43 - Assinale a alternativa incorreta:

- a. () O Procurador do Estado responde penal, civil e administrativamente pelo exercício irregular de suas funções.
- b. () A responsabilidade funcional do Procurador do Estado será apurada de acordo com os procedimentos determinados pelo Estatuto do Servidor Público Civil do Estado (Lei Estadual n. 1.102/1990).
- c. () Aplicam-se subsidiariamente ao processo disciplinar de Procurador do Estado, no que couber, as normas do Código de Processo Penal.
- d. () O Procurador do Estado, por ser inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, também se sujeita ao Estatuto da Advocacia.
- e. () O processo administrativo disciplinar será instaurado pelo Procurador-Geral do Estado, para apuração de falta funcional de Procurador do Estado.

44 - De acordo com a reorganização da estrutura básica do Poder Executivo (Lei Estadual n. 2.152/2000), analise as seguintes afirmações e assinale a alternativa correta:

- I - As atividades da Administração Pública do Poder Executivo obedecerão aos seguintes princípios fundamentais: participação popular, inclusão social, moralização da gestão pública, qualidade ambiental e desenvolvimento sustentável.
 - II - O Poder Executivo poderá atribuir a órgãos da administração direta, autarquia ou fundação a qualificação de agência executiva, conferindo ou ampliando a autonomia gerencial, orçamentária e financeira, mediante contrato de gestão a ser firmado entre seus administradores e o Poder Executivo.
 - III - A Procuradoria-Geral do Estado é órgão de Gestão do Aparelho do Estado e integra a Administração direta do Poder Executivo.
- a. () Apenas as afirmativas I e II são falsas.
 - b. () Somente a afirmativa III é verdadeira.
 - c. () As afirmativas I, II e III são falsas.
 - d. () As afirmativas I, II e III são verdadeiras.
 - e. () Somente a afirmativa II é falsa.

DIREITO TRIBUTÁRIO

(questões de 45 a 59)

45 - Analise as assertivas abaixo e assinale a letra que entender correta.

- I - Incide o ICMS sobre a gravação e distribuição de videoteipes.
 - II - Nas operações de importação de aeronave realizada por pessoa física, para uso próprio, incide o ICMS.
 - III - É inconstitucional a inclusão da parcela referente ao ICMS na base de cálculo do PIS.
- a. () Somente a I está correta;
 - b. () Apenas a I e a II estão corretas;
 - c. () Somente a II está correta;
 - d. () Somente a III está correta;
 - e. () Apenas a II e a III estão corretas.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

46 - Assinale a alternativa correta:

- a. () Obrigatoriamente os impostos terão caráter pessoal;
- b. () A aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório será vinculada à despesa que o fundamentou, somente se a lei que o instituiu assim dispuser;
- c. () A calamidade pública autoriza a instituição de empréstimo compulsório por lei ordinária;
- d. () Se previsto em lei complementar, as taxas poderão ser base de cálculo própria dos impostos;
- e. () Cabe exclusivamente à lei complementar estabelecer normas sobre obrigação tributária, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários.

47 - A vedação para que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituem impostos sobre patrimônio, renda ou serviços uns dos outros se denomina:

- a. () Isenção.
- b. () Imunidade.
- c. () Anistia.
- d. () Não incidência.
- e. () Remissão.

48 - Assinale a alternativa incorreta:

- a. () O Estado pode atualizar, por decreto, o valor da base de cálculo do ICMS, fixado por pauta fiscal;
- b. () Pertence ao Estado o Imposto de Rendas e Proventos retido na fonte, incidente sobre os salários dos seus servidores;
- c. () A multa de 300% aplicada sobre o valor do ICMS a recolher não caracteriza o confisco;
- d. () Em atendimento ao princípio da não cumulatividade, em nenhuma hipótese a isenção acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores;
- e. () Diferimento é a transferência da responsabilidade pelo pagamento do ICMS do remetente para o destinatário da mercadoria.

49 - Analise as assertivas e assinale a alternativa que entender correta.

- I - Segundo o CTN, os tributos são: impostos, que tem receita não vinculada e taxa e contribuições de melhoria, que têm receita vinculada.
 - II - A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo relevante para qualificá-la a denominação e demais características formais adotadas pela lei e a destinação legal do produto da arrecadação.
 - III - Tributo é toda prestação pecuniária, não compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua multa, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa vinculada.
- a. () Somente a I está correta;
 - b. () Apenas a I e a II estão corretas;
 - c. () Somente a III está correta;

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

- d. () Todas estão corretas;
- e. () Todas estão incorretas.

50 - Assinale a assertiva incorreta:

- a. () Os impostos podem ser classificados como diretos, indiretos, reais, pessoais, proporcionais, progressivos e fixos;
- b. () A corrente doutrinária criada por Kelsen registra a dicotomia *mens legis* e *mens legislatoris* segundo a qual, editada a lei, ganharia ela autonomia e existência própria, desvinculada da vontade do legislador;
- c. () Pode-se dizer que o principal diferenciador de elisão fiscal e evasão fiscal é que a primeira caracteriza-se por atos ou omissões do sujeito passivo, ocorridos antes de realizado o fato gerador, visando evitar ou reduzir o montante do tributo, enquanto que na segunda, os atos do sujeito passivo visando evitar, reduzir ou postergar o pagamento do tributo são praticados após a ocorrência do fato gerador;
- d. () A anistia só pode dispensar o pagamento de tributo cujo fato gerador tenha ocorrido antes da sua concessão;
- e. () O princípio da tipicidade impõe a obrigatoriedade de a lei instituidora do imposto conter todos os elementos fundamentais do fato gerador da obrigação tributária, que são os elementos pessoal, temporal, espacial, material e qualificativo.

51 - Sobre o lançamento tributário é correto afirmar:

- I - O lançamento é apenas ato declaratório porque não cria direito novo, apenas declara, explicita, formaliza os elementos previamente constantes da relação fática e os subsume à qualificação normativa dos textos legais de maneira a fazer o acerto ou determinação da obrigação tributária;
 - II - O lançamento é de atribuição privativa da autoridade fiscal e caracteriza-se como um ato não facultativo;
 - III - Em decisões recentes o STJ tem entendido que é de 10 anos o prazo decadencial para a autoridade fiscal realizar o lançamento.
- a. () Somente a I está correta.
 - b. () Somente a II está correta.
 - c. () Somente a III está correta.
 - d. () Todas estão erradas.
 - e. () Todas estão corretas.

52 - Não suspende a exigibilidade do crédito tributário:

- a. () A concessão de medida liminar ou tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial.
- b. () A concessão de medida liminar em mandado de segurança.
- c. () A falência.
- d. () A moratória.
- e. () O parcelamento.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

53 - Analise as assertivas e assinale a correta.

- I - O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for a natureza ou o tempo da constituição, ressalvados os créditos trabalhistas. Este privilégio não é extensivo aos créditos não tributários.
- II - O Estado pode pleitear o pagamento do seu crédito tributário vencido ou vincendo, com preferência a quaisquer outros e às dívidas da massa, quando exigíveis no decurso do processo de falência.
- III - É condição essencial para a concessão de concordata a prova da quitação de todos os tributos relativos à sua atividade mercantil;
- IV - Inobstante a cobrança judicial do crédito tributário não se sujeita ao concurso de credores ou habilitação em falência, o Estado deve requerer a sua inclusão no quadro geral de credores.
- a. () Somente a I está incorreta;
- b. () Apenas a II e a III estão incorretas;
- c. () Somente a IV está incorreta;
- d. () Apenas a I e a II estão corretas;
- e. () Somente a III está correta.

54 - Analise as assertivas e assinale a letra correta.

- I - Não incide o ICMS nas operações de transferência de mercadorias da matriz para a filial quando esta se localiza em outra Unidade Federativa;
- II - É contribuinte do ICMS a pessoa física ou jurídica que, mesmo sem habitualidade, adquira lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos derivados de petróleo e energia elétrica oriundos de outro Estado, quando não destinados à comercialização ou à industrialização;
- III - O local da operação ou da prestação, para os efeitos da cobrança do ICMS e definição do estabelecimento responsável, tratando-se mercadoria ou bem, é o do estabelecimento onde se encontre, no momento da ocorrência do fato gerador.
- a. () A I e a II estão corretas;
- b. () Apenas a I está errada;
- c. () Apenas a III está correta;
- d. () Todas estão corretas;
- e. () Todas estão erradas.

55 - É correto afirmar:

- a. () É contribuinte a pessoa física ou jurídica que realiza o fato gerador do imposto, logo, à Fazenda Pública é vedada imputar a responsabilidade tributária à pessoa não vinculada ao fato gerador;
- b. () O valor do ICMS não integra a sua própria base de cálculo;
- c. () Na substituição tributária, a realização do fato gerador em valor inferior ao estabelecido pela pauta fiscal dá ao contribuinte o direito ao ressarcimento da diferença do ICMS paga a maior;
- d. () Para fins de aplicação do instituto da substituição tributária, admite-se o fato gerador presumido.
- e. () Na substituição tributária regressiva a lei atribui a responsabilidade ao remetente da mercadoria.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

56 - Dispõe o Código Tributário Estadual:

- I - É de 2,5% a alíquota do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA para os automóveis;
 - II - A alíquota do Imposto sobre a Transmissão Causa *Mortis* e Doação de Quaisquer Bens e Direitos - ITCD é de 4% para a transmissão causa *mortis* e de 2% nas hipóteses de doação de quaisquer bens e direitos;
 - III - Na transmissão causa *mortis*, considera-se ocorrido o fato gerador no último dia do mês que ocorreu o óbito.
- a. () Apenas a II e a III estão corretas.
 - b. () Apenas a I e a III estão corretas.
 - c. () Apenas a I e a II estão corretas.
 - d. () Todas estão incorretas.
 - e. () Todas estão corretas.

57 - É assegurado ao contribuinte sulmatogrossense:

- I - O direito de recusar-se a prestar informações por requisição verbal;
 - II - Ser intimado previamente da inscrição do débito em dívida ativa;
 - III - O reconhecimento de ofício pela Fazenda Pública da consumação da prescrição.
- a. () Somente a I está correta.
 - b. () Somente a II está correta.
 - c. () Apenas a II e a III estão corretas.
 - d. () Todas estão incorretas.
 - e. () Todas estão corretas.

58 - Em atendimento às normas contidas na Lei do Processo Administrativo Tributário de Mato Grosso do Sul é correto afirmar:

- a. () No Processo Administrativo Tributário o prazo para impugnar a exigência fiscal é de 20 dias, mas o edital de intimação deve ser publicado com o prazo de 05 dias.
- b. () Em razão da supremacia do interesse público, no Processo Administrativo Tributário não se aplica o princípio da imparcialidade.
- c. () O Processo Administrativo Tributário admite a impugnação oral ao lançamento.
- d. () O contador ou contabilista não pode receber a intimação em nome do contribuinte, mesmo que tenha sido expressamente indicado como responsável pela escritas fiscal ou contábil.
- e. () No Tribunal Administrativo Tributário do Estado de MS é facultada a atuação de um Procurador do Estado, representando a Procuradoria-Geral do Estado.

59 - Assinale a alternativa correta:

- a. () O crime de falsificar ou alterar nota fiscal é punido com a pena de reclusão de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa, nos termos da Lei 8.137/90.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

- b. () O servidor público que patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária, é punido com a pena de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.
- c. () Os crimes praticados contra a ordem tributária são de ação penal privada.
- d. () O servidor público também poderá provocar a iniciativa do Ministério Público nos crimes contra a ordem tributária.
- e. () O pagamento do tributo, inclusive acessório, extingue a punibilidade do crime contra a ordem tributária.

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

(questões de 60 a 75)

60 - A “fundação”, instituída nos termos do artigo 62 do Código Civil Brasileiro (Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002), somente poderá constituir-se para quais dos seguintes fins:

- a. () religiosos ou morais;
- b. () culturais ou assistenciais;
- c. () religiosos, morais ou culturais;
- d. () morais, culturais ou assistenciais;
- e. () religiosos, morais, culturais ou assistenciais.

61 - Qual das alternativas abaixo é incorreta?:

- a. () É nulo o negócio jurídico quando celebrado por pessoa absolutamente incapaz;
- b. () É nulo o negócio jurídico quando não revestir a forma prescrita em lei ou que tiver por objetivo fraudar lei imperativa;
- c. () É nulo o negócio jurídico quando for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade;
- d. () O negócio jurídico nulo é suscetível de confirmação e convalesce pelo decurso do tempo, se uma das partes não suscitar a nulidade até a ocorrência da prescrição ou decadência;
- e. () O negócio jurídico simulado é nulo, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.

62 - Qual das alternativas abaixo é incorreta?:

- a. () Prescreve em um ano a pretensão dos tabeliães, auxiliares da justiça, serventuários judiciais, árbitros e peritos, pela percepção de emolumentos, custas e honorários;
- b. () Prescreve em dois anos, a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem;
- c. () Prescreve em quatro anos, a pretensão relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas;
- d. () Prescreve em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor;
- e. () Prescreve em cinco anos, a pretensão de reparação civil.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

63 - Assinale a alternativa correta:

- a. () A responsabilidade civil depende da criminal, podendo ser questionada a existência do fato constitutivo ou sobre quem seja o seu autor, a não ser na hipótese de trânsito em julgado da decisão proferida no juízo criminal, quando a matéria fática encontra-se sob o manto da coisa julgada;
- b. () Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, salvo se o causador do dano for descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz;
- c. () O dono ou detentor do animal ressarcirá o dano por este causado, mesmo na hipótese de força maior ou culpa da vítima;
- d. () Não é responsável pela reparação civil o que participou gratuitamente no produto de crime, desde que o valor que lhe coube não ultrapasse 20 (vinte) salários mínimos;
- e. () O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-las não se transmitem com a herança.

64 - No caso de responsabilidade civil, o juiz, ao fixar a indenização, deve observar o seguinte:

- a. () Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, reduzir equitativamente a indenização;
- b. () Se a vítima tiver concorrido culposamente para o evento danoso, a indenização deverá levar em conta a gravidade de sua culpa em confronto com a do autor do dano;
- c. () No caso de homicídio, a indenização deverá consistir no pagamento das despesas com o tratamento da vítima, seu funeral, o luto da família e na prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia, levando-se em conta a duração provável da vida da vítima;
- d. () A indenização por ofensa à liberdade pessoal consistirá no pagamento das perdas e danos que sobrevierem ao ofendido;
- e. () Todas as alternativas estão corretas.

65 - Em relação à administração na Sociedade Limitada o novo Código Civil Brasileiro impôs novas regras, dantes inexistentes, estabelecendo “quorum” qualificado para deliberação entre os sócios acerca dessa matéria. Assinale, então, a alternativa correta:

- a. () A administração atribuída no contrato social a todos os sócios se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiriram essa qualidade;
- b. () Se o contrato social permitir administradores não sócios, a designação deles dependerá de aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e de dois terços, no mínimo, após a integralização;
- c. () Tratando-se de administrador sócio, sua destituição somente se opera pela aprovação de todos os titulares do capital social, mesmo que o contrato social disponha de modo diverso;
- d. () Em sociedade limitada não se admite mais a figura do administrador não sócio, devendo essa ficar a cargo de um ou mais sócios, cuja designação dar-se-á através do contrato social ou em ato separado;

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

- e. () O uso da firma ou denominação social é privativo dos administradores, sócios ou não, independentemente de poderes específico, bastando apenas o ato de designação/nomeação.

66 - Com relação à personalidade jurídica é possível entender que:

- a. () Invoca-se a desconsideração da pessoa jurídica, quando há abuso, desvio de finalidade ou confusão patrimonial, somente para burlar terceiros;
- b. () Vigora o princípio da autonomia subjetiva da pessoa coletiva que não pode ser afastada em qualquer hipótese;
- c. () A sua extinção é instantânea, desde que a sua inscrição seja cancelada antes da liquidação;
- d. () Pode pleitear danos morais;
- e. () Só pode ser considerada extinta após a apresentação do balanço de encerramento final, devidamente aprovado pela autoridade fiscal competente, ficando os débitos pendentes à cargo dos sócios, ilimitadamente.

67 - O ato ilícito:

- a. () Gera a obrigação de indenizar em caso de exercício irregular ou abusivo de direito e desde que presente o elemento volitivo do agente;
- b. () E a obrigação de indenizar, ocorrem sempre que advém de um ato lesivo;
- c. () Decorre da vontade e cessa diante da finalidade social, boa-fé e bons costumes;
- d. () Não se configura diante da ofensa de direito alheio e dentro de determinadas circunstâncias;
- e. () Só é indenizável em relação às pessoas jurídicas de direito público se houver dolo do agente.

68 - Assinale a alternativa incorreta:

- a. () A desproporção de prestações, quando superveniente à formação do negócio jurídico, não se configura em lesão;
- b. () Os negócios com excessiva onerosidade, diante de iminente dano, desconhecido pela outra parte, não levam à sua anulação;
- c. () Os negócios com estigma de nulidade absoluta produzem efeitos *ex tunc*;
- d. () Simulação e dissimulação, respectivamente, tornam anulável e nulo o negócio jurídico;
- e. () A manifestação de vontade pelo representante, nos limites de seus poderes, produz efeitos em relação ao representado.

69 - Assinale a alternativa incorreta:

- a. () São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio;
- b. () O erro é substancial quando interessa à natureza do negócio, ao objeto principal da declaração, ou a alguma das qualidades a ele essenciais;

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

- c. () O falso motivo só vicia a declaração de vontade quando expresso como razão determinante;
- d. () O erro de cálculo apenas autoriza a retificação da declaração de vontade;
- e. () O erro de indicação da pessoa ou da coisa, a que se referir a declaração de vontade, viciará o negócio quando, por seu contexto, se puder identificar a coisa ou a pessoa cogitada.

70 - Na sociedade limitada é incorreto afirmar:

- a. () Podem adotar como nome: firma/razão social ou denominação social;
- b. () A gerência da sociedade pode ser exercida por não sócio, nomeado em instrumento à parte;
- c. () Na omissão do contrato aplicam-se supletivamente às normas destinadas à sociedade anônima;
- d. () As deliberações dos sócios serão sempre através de Assembléia Geral, se o número de sócios for superior a dez;
- e. () É vedada a contribuição que consista em prestação de serviços.

71 - Assinale a alternativa correta:

- a. () Na sociedade simples, os administradores respondem solidariamente perante a sociedade e os terceiros prejudicados, por culpa no desempenho de suas funções;
- b. () Os bens particulares dos sócios podem ser executados por dívidas da sociedade, mesmo antes de executados os bens sociais, a critério do credor;
- c. () São revogáveis os poderes do sócio investido na função de administrador e constante do contrato social, a qualquer tempo, por deliberação dos demais sócios, independentemente de justificativa judicial;
- d. () O sócio admitido na sociedade já constituída não responde por dívidas contraídas antes da sua admissão;
- e. () A administração da sociedade, nada dispondo no contrato social, compete ao sócio com maior número de capital social.

72 - Em relação aos defeitos do negócio jurídico, é correto afirmar:

- a. () Que o erro de indicação da pessoa ou coisa, a que se referir a declaração de vontade, viciará o negócio jurídico mesmo quando se puder identificar a coisa ou a pessoa cogitada;
- b. () Que o erro de cálculo apenas autoriza a retificação da declaração de vontade, não anulando o negócio;
- c. () Que os negócios jurídicos precedidos de dolo são nulos de pleno direito;
- d. () Que se ambas as partes procederam com dolo, só a que alegar primeiro poderá pedir a anulação do negócio jurídico;
- e. () Consiste coação a mera ameaça de um exercício normal de um direito, tornando a declaração ou o negócio jurídico nulo de pleno direito.

73 - Quanto a fraude à credores, é incorreto afirmar:

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

- a. () Que os negócios jurídicos de transmissão gratuita de bens ou remissão de dívidas, se os praticar o devedor já insolvente, ou por eles reduzido à insolvência, poderão ser anulados pelos credores quirografários;
- b. () Qualquer credor, mesmo que tenha obtido essa condição após o ato fraudulento, poderá pleitear a anulação do ato que lhe causar prejuízo;
- c. () Se o adquirente do bem do devedor insolvente ainda não tiver pago o preço e este for, aproximadamente, o corrente, desobrigar-se-á depositando-o em juízo, com a citação de todos os interessados;
- d. () Presumem-se fraudulentárias dos direitos dos outros credores as garantias de dívidas que o devedor insolvente tiver dado a algum credor;
- e. () Presumem-se de boa-fé e valem os negócios ordinários e indispensáveis à subsistência do devedor, mesmo que aparentemente fraudulento.

74 - Assinale a opção correta:

- a. () O pedido de falência, com fundamento na impontualidade do comerciante, pelo não pagamento de duplicata aceita e não paga no vencimento, não prescinde de protesto do título;
- b. () O pedido de falência, com fundamento no não pagamento, pelo comerciante, de obrigação líquida constante de sentença, título judicial, prescinde de protesto;
- c. () O pagamento de dívida vencida e exigível, realizado pelo devedor comerciante, dentro do termo legal da falência, por qualquer forma diversa da prevista no contrato, é ineficaz entre as partes, dando ensejo à ação revocatória prevista no decreto lei n. 7.661/45;
- d. () Contra sentença que decreta falência de devedor comerciante cabe agravo de instrumento, interposto exclusivamente pelo devedor;
- e. () A sentença que não decretar a falência produz o efeito de coisa julgada.

75 - O princípio da relatividade dos efeitos dos contratos significa que:

- a. () Se produzem exclusivamente entre as partes e por isto não aproveitam nem prejudicam terceiros;
- b. () O poder judiciário não pode alterar cláusulas contratuais;
- c. () Deve ser preservada a equação econômica do contrato, sob pena de nulidade;
- d. () Sempre deve aplicar-se a teoria da imprevisão;
- e. () A autonomia da vontade está limitada pelas disposições legais.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

(questões de 76 a 90)

76 - Assinale a alternativa incorreta:

- a. () É cabível recurso ordinário ao STJ e ao STF;
- b. () O recurso ordinário devolve ao tribunal o conhecimento da matéria;
- c. () Não se admite apelo adesivo ao recurso ordinário;
- d. () Não se aplica o princípio da fungibilidade para se admitir como recurso ordinário o recurso extraordinário de decisão denegatória de mandado de segurança;

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

- e. () Cabe recurso ordinário ao STF de decisão denegatória de mandado de segurança do TJ local em matéria constitucional.

77 - É incorreto afirmar:

- a. () Cabe mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus, sempre que por ilegalidade ou abuso de poder alguém sofrer violação de direito;
- b. () Não cabe mandado de segurança contra ato de diretor de empresa particular;
- c. () É de 10 dias o prazo para apresentar informação em mandado de segurança;
- d. () O pedido de mandado de segurança poderá ser renovado se a decisão denegatória não houver apreciado o mérito;
- e. () Nenhuma das alternativas anteriores.

78 - O arresto tem lugar:

- I - Quando o cônjuge devedor estiver dilapidando os bens do casal, nas ações de separação judicial e de anulação de casamento;
- II - Quando o devedor sem domicílio certo intenta ausentar-se ou alienar os bens que possui, ou deixa de pagar a obrigação no prazo estipulado;
- III - Quando o devedor que tem domicílio se ausenta ou tenta ausentar-se furtivamente;
- IV - Quando for disputada a propriedade ou a posse de bens móveis, semoventes ou imóveis, havendo fundado receio de rixas ou danificações.

Assinale a alternativa correta:

- a. () Todas estão corretas;
- b. () Há apenas três corretas;
- c. () Somente a III e a IV estão corretas;
- d. () Somente a II e a IV estão corretas;
- e. () Nenhuma das alternativas anteriores.

79 - Nas seguintes assertivas:

- I - Cabem embargos infringentes contra julgamento de improcedência de ação rescisória;
- II - Cabem embargos infringentes quando acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito;
- III - Cabem embargos de declaração quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição;
- IV - Cabem embargos de divergência contra acórdão de tribunal estadual.

Assinale a alternativa correta:

- a. () Todas estão corretas;
- b. () Há somente três corretas;
- c. () Há só uma correta;
- d. () Todas estão incorretas;
- e. () Nenhuma das alternativas anteriores.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

80 - Assinale a alternativa incorreta:

- a. () Cabe recurso extraordinário de decisão proferida pelo STJ;
- b. () O agravo do art. 544 do CPC independe do pagamento de custas e despesas postais;
- c. () Quando não forem interpostos embargos infringentes, o prazo relativo à parte unânime da decisão terá como dia de início aquele em que transitar em julgado a decisão por maioria de votos;
- d. () A interposição de embargos infringentes suspende o prazo para recurso especial, relativamente ao julgamento da parte unânime do acórdão;
- e. () Nenhuma das alternativas anteriores.

81 - Ações sincréticas, segundo a doutrina atual são;

- a. () As cautelares inominadas de caráter autônomo;
- b. () Ações com decisões auto-exequiráveis;
- c. () Ações declaratórias com pedido de antecipação de tutela;
- d. () Ações destinadas à produção antecipada de provas;
- e. () Somente as ações de obrigação de fazer com pedido de antecipação de tutela.

82 - Assinale a alternativa correta:

- a. () Os Procuradores do Estado serão originariamente processados e julgados pelo Tribunal de Justiça nas ações em que figurarem no pólo passivo;
- b. () Se o autor pleitear tutela antecipada o juiz não poderá conceder providência de natureza cautelar, sob pena de ferir o princípio dispositivo;
- c. () Nas execuções de sentença a caução pode ser dispensada nos casos de crédito de natureza alimentar, até o limite de 40 vezes o salário mínimo;
- d. () Será recebido no duplo efeito recurso de apelação contra decisão que concede tutela antecipada;
- e. () O tribunal pode julgar a lide nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito, se a causa versar questão exclusivamente de direito, sem ferir o duplo grau de jurisdição.

83 - Assinale a alternativa incorreta:

- a. () A liminar contra a Fazenda Pública somente será concedida após a oitiva de seu representante judicial no prazo de setenta e duas horas;
- b. () A pessoa jurídica de direito público não pode intentar concomitantemente pedido de suspensão e recurso de agravo de instrumento contra decisão concessiva de liminar, devendo optar por uma das vias, que são incompatíveis;
- c. () A sentença que tenha por objeto a liberação de recurso a servidores públicos somente poderá ser executada após seu trânsito em julgado;
- d. () Não será concedida tutela antecipada nas ações visando concessão de aumento ou extensão de vantagens aos servidores;
- e. () A tutela antecipada pode ser concedida em face do Poder Público para pagamento de verba salarial prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no orçamento anual quando houver atraso injustificado no seu repasse.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

84 - Em relação à cautelar fiscal é certo dizer:

- a. () Cessa a eficácia da medida cautelar fiscal se a execução fiscal não for proposta em 30 dias;
- b. () A substituição da medida cautelar fiscal pode ser concedida de ofício pelo juiz, sem oitiva da Fazenda Pública, desde que o devedor preste garantia acima do valor do débito;
- c. () A medida cautelar fiscal poderá ser requerida apenas contra o sujeito passivo de crédito tributário;
- d. () O prazo para contestação conta da data da efetiva citação;
- e. () Da sentença que decretar a medida cautelar fiscal caberá apelação com efeito suspensivo se houver prestação de garantia no valor do débito.

85 - Assinale a alternativa correta:

- a. () O devedor é automaticamente constituído fiel depositário de imóvel de sua propriedade no ato da intimação da penhora, em seu próprio nome ou de seu advogado;
- b. () A cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, concordata ou liquidação, ressalvada a habilitação em inventários;
- c. () Se antes da decisão de primeira instância a inscrição da dívida ativa for, a qualquer título, cancelada, a execução fiscal será extinta, com ônus à Fazenda Pública;
- d. () A intimação ao representante judicial da Fazenda Pública nos embargos do devedor à execução fiscal poderá ser feita pelo correio;
- e. () A Fazenda Pública somente pode adjudicar os bens penhorados após os leilões negativos.

86 - Marque a alternativa errada:

- a. () Na execução por carta os embargos do executado poderão ser oferecidos no juízo deprecado;
- b. () Na execução fiscal o prazo de 30 dias para oposição de embargos inicia-se da intimação da penhora;
- c. () O prazo para a Fazenda Pública opor embargos à execução não se conta em quádruplo;
- d. () Se a execução fiscal ficar suspensa por mais de cinco anos, com fulcro no art. 40, da Lei n. 6830/80 (LEF), o juiz pode pronunciar de ofício a prescrição;
- e. () Na nomeação à autoria, se o nomeado nega a qualidade que lhe é atribuída, o processo continua contra o nomeante.

87 - Em relação à intervenção de terceiros, marque a resposta correta:

- a. () Se o denunciado intervier no feito a pedido do réu pode confessar os fatos alegados pelo autor;
- b. () É admitida a nomeação à autoria do devedor, na ação em que o fiador for réu;

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

- c. () O chamamento ao processo é forma de correção do pólo passivo e substituição pelo verdadeiro legitimado;
- d. () A nomeação à autoria é meio de formar litisconsórcio no pólo passivo ou ativo;
- e. () A oposição pode ser deduzida pelo terceiro contra uma só das partes.

88 - Assinale a alternativa incorreta:

- a. () A prova da cidadania, para ingresso em juízo, de ação popular, será feita com o título eleitoral, ou com documento que a ele corresponda;
- b. () Na ação popular o prazo de contestação é de 20 dias, prorrogável por mais 20, a requerimento do interessado, e corre da entrega em cartório do mandado cumprido;
- c. () Na ação popular, das sentenças e decisões proferidas contra o autor da ação e suscetíveis de recurso, poderá recorrer somente o autor ou o Ministério Público;
- d. () A ação popular prescreve em 5 anos;
- e. () A sentença que concluir pela carência ou pela improcedência da ação popular está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal.

89 - Assinale a alternativa incorreta:

- a. () A ação civil pública poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer;
- b. () Se, no exercício de suas funções, os promotores e juízes tiverem conhecimento de fatos que possam ensejar a propositura de ação civil pública, remeterão peças ao Procurador-Geral do Estado para as providências cabíveis;
- c. () Na ação civil pública o juiz poderá conferir efeito suspensivo aos recursos, para evitar dano irreparável à parte;
- d. () A decisão do STF que declara a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo em ação direta ou em ação declaratória é irrecorrível, ressalvada a interposição de embargos declaratórios, não podendo ser objeto de ação rescisória;
- e. () Não se admitirá a intervenção de terceiros no processo de ação declaratória de constitucionalidade.

90 - Assinale a alternativa correta:

- a. () A decisão do STF sobre a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo somente será tomada se presentes na sessão pelo menos seis ministros;
- b. () Proclamada a constitucionalidade da lei ou do ato normativo, julgar-se-á improcedente a ação direta de inconstitucionalidade ou procedente eventual ação declaratória de constitucionalidade;
- c. () O Procurador-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul pode propor perante o STF a ação direta de inconstitucionalidade;
- d. () Os bens de domínio dos Municípios poderão ser desapropriados pelos Estados, independente de autorização legislativa;

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

- e. () O Poder Legislativo não poderá tomar a iniciativa da desapropriação de bens.

DIREITO DO TRABALHO

(questões de 91 a 95)

91 - Assinale a alternativa incorreta:

- a. () O princípio da continuidade da relação de emprego constitui presunção favorável ao empregado, cabendo ao empregador o ônus de provar o término do contrato de trabalho quando negados a prestação de serviço e o despedimento.
- b. () Os direitos trabalhistas são irrenunciáveis, exceto o direito ao aviso prévio, quando há pedido de dispensa de cumprimento.
- c. () As cláusulas regulamentares que revoguem ou alterem vantagens deferidas anteriormente só atingirão os trabalhadores admitidos após a revogação ou alteração do regulamento da empresa.
- d. () Se uma pessoa é contratada formalmente como diarista para fazer faxina uma vez por semana em determinada empresa, mas executa seus serviços todos os dias, apenas no período matutino, é considerada empregada, pois o que prevalece é a realidade da contratação e não o contrato.
- e. () Se a convenção coletiva de trabalho prevê o adicional de horas extras em percentual superior ao previsto em lei ou na Constituição Federal, o empregador é obrigado a cumprir a regra prevista na norma coletiva.

92 - Analise as seguintes proposições:

- I - Empregado é a pessoa física que presta serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.
- II - A alteridade do contrato de trabalho significa que o empregado presta serviços por conta alheia.
- III - O contrato de trabalho se caracteriza por ser sinalagmático, bilateral, consensual, oneroso, comutativo e de trato sucessivo.
- IV - No contrato de trabalho exige-se a exclusividade da prestação de serviços pelo empregado ao empregador.

Assinale a alternativa correta:

- a. () Apenas I, II e IV estão corretas;
- b. () Apenas I, II e III estão corretas;
- c. () Apenas II e IV estão corretas;
- d. () Apenas I e III são corretas;
- e. () Todas estão corretas.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

93 - Quanto aos efeitos da decretação de nulidade no Direito do Trabalho, pode-se afirmar:

- a. () A regra geral é da irretroação da nulidade decretada - os efeitos da decretação são sempre *ex tunc*.
- b. () Os efeitos da decretação da nulidade retroagem à data da contratação – efeito *ex nunc*.
- c. () Quanto se tratar de nulidade absoluta, os efeitos são *ex nunc*, uma vez que o contrato de trabalho nulo não se convalida, não produz nenhum efeito, nasce morto.
- d. () A decretação de nulidade gera efeito *ex nunc*, ficando assegurado ao empregado o direito aos salários relativos aos dias trabalhados.
- e. () No caso de trabalho empregatício prestado por menor, o contrato é nulo e gera efeito *ex tunc*, não garantindo ao menor qualquer direito trabalhista.

94 - É correto afirmar acerca da terceirização de serviços:

- a. () O tomador dos serviços é responsável solidariamente pelo adimplemento das obrigações trabalhistas, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.
- b. () O Estado, na qualidade de tomador de serviços, é responsável solidariamente pelo adimplemento das obrigações trabalhistas, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.
- c. () O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica na responsabilidade subsidiária do Estado, enquanto tomador dos serviços, independente de ter participado da relação processual, pois o empregado não pode ser prejudicado.
- d. () O Estado, na qualidade de tomador de serviços, responde subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas desde que haja participado da relação processual e conste do título executivo judicial.
- e. () O Estado, na qualidade de tomador de serviços, sempre responde solidariamente pelas obrigações trabalhistas, vez que o empregado não pode ser prejudicado.

95 - Assinale a alternativa em que consta apenas hipóteses de suspensão do contrato de trabalho:

- a. () Auxílio-doença, aposentadoria provisória, licença nojo e greve;

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

- b. () Auxílio-doença, greve, afastamento para o serviço militar, licença gala;
- c. () Afastamento por motivo de doença até 15 dias, licença paternidade, licença nojo e licença gala;
- d. () Licença para desempenho de mandato classista, exercício de cargo público, aposentadoria provisória e greve;
- e. () Afastamento por motivo de acidente de trabalho a partir do 16º dia, auxílio-doença a partir do 16º dia, afastamento para servir como jurado e férias.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

(questões de 96 a 100)

96 - Nos termos da Constituição Federal, compete à Justiça do Trabalho:

- a. () Processar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre empregados e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União, e na forma da lei, outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, bem como os litígios que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças, inclusive coletivas;
- b. () Conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre empregados e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União, e na forma da lei, outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, bem como os litígios que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças, inclusive coletivas;
- c. () Processar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União, e na forma da lei, outras controvérsias decorrentes da relação de emprego, bem como os litígios que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças, inclusive coletivas;
- d. () Conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União, e na forma da lei, outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, bem como os litígios que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças, inclusive coletivas;
- e. () Conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre empregados e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

pública indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União, e na forma da lei, outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, bem como os litígios que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças, inclusive coletivas.

97 - Analise as proposições:

- I - Os dissídios individuais cujo valor não exceda a 40 vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.
- II - A demanda em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional cujo valor não exceda a 40 vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação fica submetida ao procedimento sumaríssimo.
- III - As reclamações enquadradas no procedimento sumaríssimo deverão conter pedido certo ou determinado, indicar o valor correspondente e o nome e endereço corretos do reclamado, sob pena de arquivamento da reclamação e condenação ao pagamento de custas sobre o valor da causa.
- IV - No procedimento sumaríssimo, a citação será realizada por edital quando o reclamado estiver em local incerto e não sabido.

Assinale a alternativa correta:

- a. () Somente I, II e IV estão corretas;
- b. () Somente II e IV estão erradas;
- c. () Apenas III e IV estão erradas;
- d. () Apenas II e III estão corretas;
- e. () Somente I, III e IV estão erradas.

98 - No processo do trabalho, “*as decisões interlocutórias de caráter terminativo do feito...*”.

- a. () São irrecorríveis;
- b. () podem ser atacadas por meio de agravo de instrumento;
- c. () são passíveis de interposição de recurso ordinário;
- d. () são passíveis de mandado de segurança;

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

e. () podem ser atacadas por meio de recurso de revista no prazo de 15 dias para o Tribunal Regional do Trabalho.

99 - Nos autos de execução de sentença trabalhista, o Estado foi citado para pagar o valor devido, sob pena de ser-lhe penhorado tantos bens quanto bastem para a garantia da execução, nos termos do art. 880 da CLT. Neste caso, o Estado:

- a. () Deverá efetuar o depósito do valor correspondente à condenação para interpor os embargos à execução, no prazo de 30 dias;
- b. () Deverá indicar bens à penhora para interpor os embargos à execução, no prazo de 60 dias, vez que a Fazenda Pública tem o prazo em dobro para recorrer;
- c. () Poderá, independente de efetuar o depósito do valor executado ou indicar bens à penhora, interpor os embargos à execução, vez que a execução contra a Fazenda Pública é regida pelo art. 730 do Código de Processo Civil;
- d. () Deverá interpor agravo de petição, no prazo de 8 dias, vez que os bens públicos são impenhoráveis;
- e. () Deverá interpor agravo de instrumento, no prazo de 20 dias, sob o fundamento de que os débitos da Fazenda Pública são pagos através de precatórios.

100 - Acerca das custas processuais no processo do trabalho, analise as proposições:

- I - O sindicato que intervier no processo a favor de reclamante beneficiário da justiça gratuita responde solidariamente pelo pagamento das custas devidas;
- II - É faculdade do juiz, a requerimento ou de *officio*, a concessão de isenção de custas aos reclamantes que percebam salário igual ou superior ao dobro do mínimo legal;
- III - As custas processuais devidas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios só serão pagas ao final;
- IV - Apenas a União, o Ministério Público e os beneficiários da justiça gratuita são isentos de custas processuais;
- V - A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias e fundações públicas federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica e o Ministério Público são isentos de custas processuais.

Assinale a alternativa correta:

**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**

- a. () Só I e III estão corretas;
 - b. () Apenas III, IV e V estão corretas;
 - c. () Somente II e IV estão corretas;
 - d. () Apenas I e IV estão corretas;
- Somente I, II e V estão corretas.